



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141425 - GO (2021/0012506-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : RAÍFFY CHRISTIAN NASCIMENTO CYRILLO PAULINO (PRESO)
ADVOGADOS : NILSON RIBEIRO DOS SANTOS - GO033717
MATHEUS GOMES PEREIRA SOUZA - GO058685
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
CORRÉU : PAULO OTAVIO GONGALVES PINHEIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAÍFFY CHRISTIAN NASCIMENTO CYRILLO PAULINO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5564045-44.2020.8.09.0000).

O recorrente foi preso em flagrante, convertido em preventiva, por suposta prática do delito descrito no artigo 33 da Lei n. 11.343/06.

Sustenta o recorrente a ausência de fundamentação idônea para a decretação de sua prisão preventiva, destacando a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas à prisão, as quais entende serem mais adequadas ao caso concreto.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação de sua segregação cautelar, caso se entenda necessário, com aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

O deferimento de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

Na espécie, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão do recorrente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos a comprovar a necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a expressiva quantidade de substância entorpecente apreendida (cerca de 1 kg de maconha).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência